

1 **SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA**

2 **CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL**

3

4

5

6

7

**ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA  
REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO ESTADUAL DE  
POLÍTICA CULTURAL (CONSEC).**

8

9 No dia 21 de junho do ano de dois mil e dezessete, em Belo Horizonte/MG, no edifício  
10 Tiradentes, anexo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais - ALMG, com a presença de 17  
11 (dezessete) conselheiros representantes da Sociedade Civil e 10 (dez) conselheiros representantes  
12 do Poder Público, conforme assinaturas constantes na lista de presença, sob presidência do  
13 Secretário de Estado de Cultura, Angelo Oswaldo, realizou-se a 21ª reunião ordinária do CONSEC.  
14 O Presidente do Conselho, Secretário Angelo Oswaldo, enfatizou a alegria que é iniciar mais um  
15 encontro do CONSEC. Posteriormente o Secretário registra seu agradecimento ao Presidente da  
16 ALMG, Adalclever Lopes. Posteriormente, solicita-se a dispensa da leitura da ata da 20ª Reunião  
17 por ser de conhecimento prévio de todos. A Dispensa é aprovada por todos, mediante o registro das  
18 ressalvas sugeridas pelo conselheiro Paulo, que questionou o motivo de inversão de pauta da última  
19 reunião, mesmo o Conselho e a Secretaria sabermos que alguns conselheiros não chegariam a tempo.  
20 Em seguida, João Miguel destaca que, na ocasião, tudo foi votado pelo pleno, passando pelo crivo  
21 de todas e de todos. Feitas as considerações, o Secretário Angelo declara aprovada a ata da 20ª  
22 reunião ordinária do CONSEC. Aproveita para relembrar que o processo para a eleição do  
23 representante da cadeira da Gastronomia está em andamento e o edital será publicado no Diário  
24 Oficial do Estado. O momento em que está acontecendo o processo eleitoral é muito propício, tendo  
25 em vista que já foi implementado um programa de valorização para a Gastronomia Mineira e para  
26 a Cultura Alimentar e a questão da cultura alimentar está sendo observada e contemplada pelo edital  
27 das eleições para a cadeira, o que não causará prejuízo algum para a participação de qualquer elo  
28 da cadeia produtiva e criativa do segmento. Enfatiza que o Conselho continue sendo representativo  
29 das diversas organizações e das categorias dos profissionais da cultura, dos mais variados  
30 segmentos e linguagens; registra a presença da Procuradora Juliana Schmidt, responsável pelo  
31 departamento jurídico da SEC-MG, dizendo que ela estará à disposição para esclarecer quaisquer  
32 dúvidas.

33 Logo em seguida inicia o processo de aprovação de pauta, que conta com uma proposta  
34 de alteração: trazer, para a primeira parte da reunião, a discussão e o informe sobre o parecer acerca  
35 da denúncia da LEIC feito à Ouvidoria do Estado. A sugestão foi levada à pleno e todos aprovaram  
36 pela inversão. Angelo Oswaldo enfatiza o árduo trabalho que a SEC-MG teve para avaliar a  
37 denúncia, com o maior rigor ético e jurídico possível; aproveita, também, para enfatizar a condução  
38 muito competente e muito transparente do superintendente Felipe Amado, da Superintendência de  
39 Fomento e Incentivo à Cultura (SFIC), que também contou com a colaboração direta da  
40 Procuradora Juliana Schmidt e com a Superintendente de Planejamento e Gestão, Amaure  
41 Klausling. Reitera, diante de todo o Conselho, toda a confiança e todo o respeito que o corpo da  
42 SEC-MG tem para com a Superintendência de Fomento e Incentivo. Assim, passa a palavra a Felipe  
43 Amado.

44 Felipe inicia sua fala agradecendo o Secretário pelas palavras e explica que, como é de  
45 praxe, após o resultado do edital da LEIC 2016, a Superintendência recebeu alguns pedidos de  
46 recursos. No entanto, neste edital específico, o volume de recursos foi maior, pois tiveram mais  
47 cortes de projetos, uma vez que havia a proposta de se aprovar estritamente o montante de verba

48 que havia disponível, aproximadamente, R\$22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais). Amado  
49 informa que todos os recursos foram respondidos e amplamente analisados e, que alguns desses  
50 recursos, vieram acompanhados de pedidos de vistas a projetos – fato que é assegurado e garantido  
51 não só pela LEIC, mas também pela Lei da Transparência. De forma a evitar burocracias, a SFIC,  
52 adotando procedimentos especiais para proteger a privacidade dos proponentes, deu pleno acesso  
53 a todos os processos. O grupo denunciante enviou um e-mail à SFIC pedindo acesso aos projetos,  
54 a SFIC respondeu para que enumerassem a quais projetos desejariam ter acesso e acordou-se datas  
55 e horários para que eles comparecessem. O grupo, então, pediu acesso a 50 projetos, sendo-lhes  
56 concedido acesso irrestrito a todos eles. Felipe deixou claro que todo o procedimento de vistas a  
57 projetos é acompanhado por um técnico da SEC-MG e que é proibido tirar cópias ou fotos dos  
58 projetos, para salvaguardar não só a identidade, mas também o direito autoral dos proponentes. Ao  
59 final do processo de vistas, o grupo reuniu-se com Felipe e fez alguns apontamentos que não  
60 poderiam ser respondidos prontamente, uma vez que precisava ser feita uma apuração. Por conta  
61 disso, o grupo apresentou uma denúncia à Ouvidoria Geral do Estado, com caráter genérico. A  
62 partir dessa situação, a SFIC solicitou ao grupo que fizesse um detalhamento individual de cada  
63 projeto e o que deveria ser analisado e, então, com base nisso, a SFIC teve condições de fazer uma  
64 auditoria em todos os processos, com muita cautela para verificar a procedência dos apontamentos  
65 de falhas e irregularidades. Ao final da análise, a SFIC/SEC-MG chegou à conclusão de que não  
66 havia nenhuma irregularidade; além disso, todos esses projetos já haviam passado pela Comissão  
67 Técnica de Análise de Projetos (CTAP) e sido aprovados, sendo o edital rigorosamente cumprido.  
68 Por fim, Felipe esclarece que a equipe da SFIC e da SEC-MG tem muita tranquilidade em afirmar  
69 que o edital da LEIC 2016 foi 100% cumprido e 100% legítimo; termina sua fala agradecendo e se  
70 colocando à disposição para responder quaisquer dúvidas. O conselheiro Eduardo, representante  
71 titular da Secretaria de Estado da Fazenda – SEF, pergunta se Felipe pode explicar sobre qual era a  
72 natureza das dúvidas e das reclamações, sem necessidade de especificar; conselheira Leda aproveita  
73 para também fazer uma consideração acerca do acesso aos projetos, alegando uma certa  
74 preocupação quanto a isso e pergunta quais são os meios que garantem que os projetos não serão  
75 utilizados imprópriamente, além disso, sugere que os autores dos projetos deveriam ser consultados  
76 antes de se dar o acesso a terceiros; conselheira Cacilda, representante titular do segmento de  
77 Patrimônio Material e Imaterial, concorda com Leda. Respondendo às perguntas, Felipe esclarece  
78 que o conteúdo da denúncia, no entendimento da SFIC/SEC-MG, parte do pressuposto de que  
79 houve uma espécie de favorecimento a alguns proponentes, uma vez que os projetos escolhidos não  
80 os foram de forma aleatória. As justificativas dadas para ter vistas aos projetos foram as mais  
81 variadas, mas em sua maioria, tratavam sobre a forma que o projeto estava escrito, alegando estarem  
82 com escrita confusa, sobre a falta de carta de anuência do artista, sobre falta de anuência de espaço  
83 físico. Amado coloca que é importante destacar que sempre se tem a preocupação em se fazer  
84 audiências públicas sobre os editais, garantindo o máximo de legitimidade, além disso ressalta que  
85 o relatório estará disponível para todos os conselheiros para que possa ser feita uma análise  
86 cuidadosa e detalhada. O conselheiro Alexandre Molina, representante titular do segmento de  
87 Dança, destaca a atuação e a celeridade na resposta da SEC-MG, além de ressaltar que, quando há  
88 um questionamento, ele deve ser colocado e respondido; sugere que a SEC-MG publique uma nota  
89 deixando bem claro o trabalho desempenhado pela SFIC/SEC-MG no sentido de dar acesso e de  
90 prontamente responder ao demandante. Felipe explica que ainda não fizeram uma nota nesse  
91 sentido por receio de expor e prejudicar o nome do denunciado, uma vez que o relatório apresenta  
92 os projetos nominalmente. Magdalena enfatiza que é importante superar essa ideia de presunção de  
93 culpa que a sociedade vem tendo, pois isso atrapalha os processos e viola pessoalidades. Secretário  
94 Angelo concorda com Magdalena e ressalta que os requerentes não tinham argumentos fundados  
95 para formalizar uma denúncia e, então, ficaram procurando “miudezas” nos projetos; além disso,  
96 deixa claro que não tem como deixar vedados ao acesso da população os documentos que pleiteiam  
97 dinheiro público. Em seguida, Magdalena propõe uma moção de aplauso à SFIC/SEC-MG, por  
98 conta de todo o constrangimento e de todo o trabalho a que foram submetidos e pela celeridade

99 com que a resposta foi dada. Conselheira Silvia, representante titular da Secretaria de Estado da  
100 Casa Civil e de Relações Institucionais (SECCRI), sugere que haja uma classificação de restrição  
101 quanto aos projetos, pelo menos por um tempo, para salvaguardar a individualidade dos  
102 proponentes. Conselheiro Eduardo complementa dizendo que é importante ter o acesso à  
103 informação, mas que o direito autoral deve ser preservado. Xisto pede para que os esclarecimentos  
104 sejam enviados por e-mail, assim como a denúncia, mas que os nomes dos proponentes sejam  
105 suprimidos. Além disso, propõe uma moção de confiança ao trabalho exercido e coordenado pela  
106 SFIC; todos acatam a moção de confiança. Em seguida, o Secretário agradece a todos, em nome da  
107 SEC-MG, por considerar a unanimidade na moção como um estímulo encorajador para a atuação  
108 e para o trabalho da Secretaria. Ao terminar sua fala, o Secretário Angelo pede licença e autorização  
109 para se retirar, pois precisaria cumprir outra agenda no dia; assim, agradece a todas e a todos pela  
110 presença e pelo trabalho e passa a condução da reunião para o Secretário Adjunto João Miguel.  
111 Dando sequência ao encaminhamento da produção do texto de moção de confiança, o Secretário  
112 Adjunto João Miguel sugere que o texto seja escrito pela conselheira Leda e pela Vice-presidente  
113 Magdalena.

114 Logo após, o Secretário Adjunto João Miguel pede a Felipe que dê um informe acerca do  
115 novo projeto (minuta de lei) da Lei de Incentivo à Cultura (LEIC). Felipe enfatiza que o projeto já  
116 foi entregue à Casa Civil para ser encaminhado à Assessoria Técnica Legislativa a fim da realização  
117 de ajustes finais no texto para que possa ser levado à ALMG; é um processo minucioso, mas se  
118 esperava de ser submetido à ALMG dentro de algumas semanas. O Secretário Adjunto agradece,  
119 mais uma vez, a presença do superintendente. Ressalta, também, que a SEC-MG tem procurado,  
120 cada vez mais, construir um processo por meio da escuta. Ana Cristina, representante técnica da  
121 ALMG, também enfatiza a atuação de Amado frente à coordenação dos trabalhos nas reuniões de  
122 condução do Plano Estadual de Cultura, ouvindo e respondendo às demandas, sempre disposto.

123 Dando sequência, João Miguel registra a presença do conselheiro Carluty, representante  
124 titular do segmento de Teatro, que chegara naquele momento, e pede licença para iniciar uma  
125 rodada de informes, começando pelo conselheiro Carluty. Carluty apresenta o livro “Memória do  
126 teatro de grupo: o teatro em Minas Gerais”, que consiste no recorte do segmento a partir da visão  
127 do teatro de grupo, com um panorama histórico desde D. João até os dias atuais. Informa que a  
128 produção, de 800 exemplares, foi escrita com recurso do fundo municipal de Cultura de Belo  
129 Horizonte, com objetivo de distribuição em outras regiões do Estado. O Secretário Adjunto  
130 parabeniza e passa a palavra ao conselheiro Rodrigo Cezário; Rodrigo inicia sua fala dando bom  
131 dia a todas e a todos e informa sobre o evento “Encontro: Design e Moda – setores diversos, olhares  
132 complexos”, que teve como proposta escutar os atores dos segmentos de design e moda visando  
133 estruturar e fortalecer o segmento. Agradece à SEC-MG, que ajudou com a divulgação e com a  
134 equipe técnica e convida todos os conselheiros que puderem a comparecer, ajudando, assim, a  
135 fortalecer o segmento. João Miguel agradece pela representação e parabeniza a atuação da cadeira,  
136 composta por Rodrigo Cezário e Carla Mendonça. Posteriormente, o Secretário Adjunto passa a  
137 palavra ao conselheiro Dijon; Dijon ressalta a conquista do filme mineiro “Marina não vai à praia”,  
138 do diretor Cássio Pereira dos Santos, no Festival Global Girls Film Festival, em Chicago, ganhando  
139 o prêmio de melhor filme, de acordo com o público. Informa que a ida foi possível devido ao  
140 programa de incentivo Exibe Minas, da SEC-MG. O Secretário Adjunto João Miguel aproveita  
141 para dizer que o projeto do Exibe Minas foi muito observado não só pelo Programa do Audiovisual  
142 Mineiro (PRODAM), como também por toda a diretoria de audiovisual da SEC-MG. Nesse sentido,  
143 o Secretário Adjunto registra a presença do conselheiro Gilvan, representante titular das Entidades  
144 Administração Indireta do Sistema Estadual de Cultura, que também é coordenador do PRODAM.  
145 Gilvan destaca o trabalho em rede proporcionado pelo PRODAM, que faz a base de todo o  
146 desenvolvimento da cadeira audiovisual, que é um setor longo, complexo, caro. Explica que o Exibe  
147 Minas possibilita um ponto dessa cadeia, que é o da distribuição, da circulação. Além do Exibe  
148 Minas, existem outros pontos (investimentos) por trás, como o edital de roteiros, o edital de

149 produção e finalização de longas, o edital de produção de séries de TV, dentre outros. Em seguida,  
150 João Miguel passa a palavra à conselheira Leda que chama atenção para a manifestação cultural do  
151 reinado, que é uma forte manifestação das culturas negras na América, que é âmbito cultural de  
152 vastas áreas de produção de conhecimento e corre o risco de extinção no Estado de Minas Gerais;  
153 critica o fato de os diversos conselhos culturais não visitarem os reinados. Dijon aproveita a fala de  
154 Leda para dar um informe sobre um projeto que será realizado por meio de um convênio entre a  
155 UEMG e a OAB, que consiste em realizar uma vasta pesquisa em cima dos registros dos cartórios  
156 de Minas Gerais, a fim de se ter um panorama sobre a escravidão negra no Estado. O conselheiro  
157 Gaspar, representante titular do segmento de Culturas afro-brasileiras, registra sua alegria pelo fato  
158 de a conselheira Leda e o conselheiro Dijon ressaltarem a importância da cultura negra, dos  
159 reinados e do congado. Assim, Gaspar convida a todas e a todos para a 52ª Festa de Congado e  
160 Reinado, de Abaeté, nos dias 07, 08, 09 e 10 de julho.

161 Em seguida, Xisto faz uma reclamação acerca da divulgação dos editais, citando o  
162 exemplo do edital da Codemig, pois, muitas vezes, os editais são divulgados em cima da hora,  
163 prejudicando quem é do interior, uma vez que perdem tempo ao postarem e enviarem suas propostas  
164 por correio. Nesse sentido, quem é da capital, ou da Região Metropolitana, acaba tendo mais acesso.  
165 O Secretário Adjunto João Miguel sugere que a manifestação seja feita por vias institucionais, por  
166 meio de ofícios. Aproveita para acrescentar que, ao proporem a cadeira do segmento da  
167 Gastronomia, foi preciso acrescentar, também, uma cadeira no Poder Público, que será por  
168 representação da Codemig e que esta presença poderá estreitar os laços entre os segmentos culturais  
169 representados e a empresa.

170 Posteriormente, João Miguel passa a palavra ao conselheiro Daniel, representante titular  
171 da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (SEDPAC), que  
172 inicia sua explicação sobre a plataforma digital, Participa MG, que é um meio digital de ficar por  
173 dentro dos debates de políticas públicas que estão acontecendo nas diferentes regiões do Estado.  
174 Pede apoio a todo o Conselho no momento de divulgar e consolidar essa rede, convidando todos a  
175 utilizarem a plataforma como meio de comunicação dos conselheiros. Em seguida, o conselheiro  
176 Carluty pede licença para mais um informe: a companhia dele inaugurou, em maio, o Casarão  
177 Cidadania à Cultura, na cidade de Confins, com parceria do grupo CCR; o projeto objetiva fomentar  
178 todas as atividades artísticas e culturais para a comunidade de Confins. Após as falas, o Secretário  
179 Adjunto João Miguel suspende a reunião por uma hora, para o horário de almoço, informando que  
180 todos devem voltar às 13h30, para continuidade da reunião.

181 Após o intervalo inicia-se a segunda parte da reunião explicando que houve uma inversão  
182 de pauta e, dessa forma, os informes das Câmaras Temáticas ficaram para a parte da tarde. Para que  
183 a reunião não extrapole o tempo e se mantenha o cronograma de pautas, João Miguel pede para que  
184 cada Câmara Temática tenha 10 (dez) minutos de fala. Magdalena ressalta quão produtivas foram  
185 as reuniões das Câmaras Temáticas, sendo muito positivas para as discussões do pleno. Assim,  
186 passa a palavra ao conselheiro Nilson, representante titular da Secretaria de Estado de Trabalho e  
187 Desenvolvimento Social (SEDESE), da Câmara Temática de Difusão e Intercâmbio. Nilson, então,  
188 apresenta quais projetos de lei (PL) foram encaminhados para a Câmara, a saber o PL que institui  
189 a medalha Vivaldi Moreira (PL 3436/16) e o PL que propõe a proibição das festas *rave* (PL 876/15).  
190 Nilson continua dizendo que o PL 3436/16 é procedente, uma vez que Vivaldi Moreira foi muito  
191 atuante enquanto membro da Academia Mineira de Letras, já no que diz respeito ao PL 876/15,  
192 Nilson pontua que não acharam procedente; O conselheiro João Roberto, da Câmara Temática de  
193 Patrimônio Material e Imaterial, ressalta que o processo de discussão foi muito interessante, na  
194 medida em que fizeram uma metodologia para a reunião. Além disso, reforça a ideia de marcarem  
195 as reuniões, com antecedência, pela plataforma do Participa. João Roberto pontua quais PLs foram  
196 repassados, dentre eles o que cria o dia estadual do artesanato e a semana estadual do artesanato (PL  
197 3252/16) e o que institui o selo de qualidade artesanal (PL 181/15). Sobre os PLs, João Roberto

198 tece críticas acerca das proposições: existe a necessidade de se criar o dia estadual do artesão, sendo  
199 que já existe o dia nacional? E como instituir um selo de qualidade, sendo uma matéria tão  
200 subjetiva? Além disso, no PL 181/15, é colocado o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e  
201 Tecnologia (Inmetro) como parâmetro de avaliação, no entanto, o Inmetro analisa produtos  
202 industriais; instituições que poderiam avaliar os produtos artesanais, por exemplo, seria o Serviço  
203 Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e a UFMG, por já terem atuação na  
204 área artesanal. Por fim, João Roberto propõe ao Secretário Adjunto a criação de uma cadeira  
205 separada somente para o artesanato. Em seguida, o conselheiro Alexandre Molina, da Câmara  
206 Temática de Formação, Regionalização, Democratização e Acesso, pontua os projetos de lei que  
207 lhes foram encaminhados, a saber, o que estabelece as diretrizes para o ensino de música na rede  
208 estadual de ensino (PL 2593/15) e o que propõe o incentivo ao acesso dos alunos da rede estadual  
209 de ensino ao cinema (PL 1934/15). Alexandre resalta quais diretrizes foram levadas em conta no  
210 momento de análise dos PLs, a saber, a relevância social e cultural da matéria, capacidade de  
211 ampliação e inclusão ao acesso dos bens culturais, abertura para a formação de profissionais no  
212 campo da cultura, formação de sujeitos apreciadores e fluidores de arte, manifestações e bens  
213 culturais, promoção da diversidade cultural e contribuição da cultura como possibilidade de criação  
214 de emprego, renda e desenvolvimento econômico sustentável. A partir disso, a Câmara Temática  
215 considerou que os PLs são muito importantes, mas precisavam de algumas modificações para se  
216 adequarem à Lei de Diretrizes Básicas (LDB), que é a legislação mais ampla ao se tratar do tema  
217 educação. Durante a reunião, a Câmara Temática concordou que os pareceres para os PLs devem  
218 ser feitos com antecedência, de forma a não tomar tempo de trabalho da Câmara durante a reunião  
219 presencial. Indicam a retomada da possibilidade de encontros regionais do Consec, para que as  
220 reuniões possam acontecer em outras cidades de Minas Gerais (Guaxupé e Diamantina, por  
221 exemplo); relembram da rubrica específica, via emenda parlamentar, do Conselho, para viabilizar  
222 as atividades. Por fim, pontua as três propostas de trabalho da Câmara para 2017, que são: realizar  
223 uma análise das ações do Estado nos temas de interesse da Câmara (formação, regionalização,  
224 democratização e acesso), um estudo para futura elaboração de um programa específico de  
225 formação no campo da cultura para o Estado de Minas Gerais e a proposição de intervenções  
226 concretas que viabilizem a regionalização, a democratização e o acesso aos programas, projetos e  
227 ações no campo da cultura desenvolvidas pelo Estado. O conselheiro Marco Aurélio, representante  
228 titular do segmento de Audiovisual e Novas mídias, faz uma observação sobre o PL 1934/15, pois  
229 já existe uma lei no mesmo sentido (lei nº 13.006/14), de autoria do deputado Cristovam Buarque,  
230 que implementa o cinema nas escolas; sendo assim, Marco Aurélio questiona até que ponto o PL  
231 1934/15 é de fato inovador e até que ponto acrescenta na construção do debate, uma vez que já é  
232 um tema tratado na lei 13.006/14 e na LDB. Por último, a conselheira Silvia, da Câmara Temática  
233 de Fomento e Mecanismos de Participação, explica como foram feitos os procedimentos para o  
234 trabalho da Câmara: primeiro procuraram saber de quais mecanismos de fomento e participação a  
235 SEC dispõe, como os editais. A partir disso, fizeram duas sugestões (originárias da conselheira  
236 Conceição, representante suplente do segmento de Entidades trabalhadoras e Entidades  
237 empresariais, e acatadas pelo grupo): 1) que a contrapartida das empresas seja escalonada, de  
238 acordo com o porte da empresa patrocinadora e 2) sugere que os percentuais limites contidos no  
239 item 9.5 da LEIC sejam observados segundo a realidade dos projetos apresentados para aquele ano.  
240 Neste momento, o Secretário Adjunto João Miguel relembra que os percentuais foram discutidos e  
241 validados pelo Conselho na 20ª (vigésima) reunião ordinária; conselheira Conceição discorda sobre  
242 a parte da discussão, alegando que o edital já foi apresentado pronto, com todos os percentuais  
243 registrados, o Conselho, então, só validou. Em seguida, Silvia retoma sua fala abordando o projeto  
244 de lei que foi discutido pela Câmara Temática, que dispõe sobre a regulamentação do circo e da  
245 atividade circense (PL 1762/15), tendo-se chegado à conclusão de parecer favorável com ressalvas:  
246 sugestão de acatar, ou retomar, proposições do projeto anexado (PL 2421/15), pois entende-se que  
247 traz as diretrizes de forma mais adequada para atender às demandas das causas circenses; sugerem,

248 também, que o termo “povos tradicionais circenses” seja incluído, para explicitar o reconhecimento  
249 das famílias circenses como povos tradicionais.

250 Após os informes das Câmaras Temáticas, Magdalena coloca que, no dia anterior (20 de  
251 junho de 2017), durante as reuniões das Câmaras Temáticas, foi sugerido que se criasse uma  
252 Comissão de Comunicação para que melhorasse a comunicação externa do Conselho. Dessa forma,  
253 Magdalena apresenta a proposta para que seja discutida, votada e deliberada, perguntando se há  
254 alguém que se disponibilize. O Secretário Adjunto pontua que acha interessante criar a Comissão,  
255 mas fica preocupado com a disponibilidade do Conselho para tal. Conselheiro Daniel mostra-se  
256 favorável à ideia e coloca a importância da Comissão, que seria um meio de aproximação entre  
257 conselheiros e sociedade, em seus mais diversos segmentos. Por fim, o plenário votou e deliberou  
258 favoravelmente à criação da Comissão, que ficou composta por: Daniel Perini, Rodrigo Cezário e  
259 Rosana de Mont’Alverne.

260 Dando sequência à reunião, antes da apresentação do representante regional do Ministério  
261 da Cultura (Minc), Aníbal Macedo, João Miguel pede um encaminhamento rápido acerca da  
262 questão das reuniões itinerantes: foram apresentadas pelo plenário duas cidades em que poderiam  
263 sediar a próxima reunião do Conselho (Diamantina e Guaxupé). Assim, o Secretário Adjunto traz  
264 ao pleno para ser decidido se de fato há disponibilidade dos conselheiros e possibilidade de se fazer  
265 a reunião itinerante. O conselheiro Severo, representante suplente do segmento de Produção  
266 Cultural, sugere que, caso a reunião seja em Guaxupé. A conselheira Rosana, titular do segmento  
267 de Literatura, livro e leitura, sugere que tenha um modelo básico para os encontros regionais e que  
268 a cidade anfitriã também se prepare para receber a todos, talvez “casar” com algum evento que  
269 esteja acontecendo na cidade naquele momento; dá o exemplo da Feira Literária de Guaxupé (Flig),  
270 que acontecerá nos dias 15 a 24 de setembro. Magdalena sugere que seja encaminhado,  
271 primeiramente, se haverá ou não a reunião itinerante. E, caso seja aprovada, em qual cidade. O  
272 conselheiro Daniel pede para que a data da reunião seja bem observada, para não coincidir com o  
273 calendário dos encontros regionais promovidos pelo Governo. O conselheiro Xisto expõe sua  
274 preocupação com uma possível perda de foco dos trabalhos; Leda concorda com ele, mas ressalta  
275 a importância das reuniões itinerantes. O Secretário Adjunto João Miguel enfatiza que não há  
276 necessidade de se definir as pautas da reunião no momento, já que sempre são definidas *a*  
277 *posteriori*. Assim, João Miguel abre a votação das cidades ao pleno: Diamantina – 0 (zero) votos;  
278 Guaxupé – 26 (vinte e seis) votos; abstenções – 1 (um) voto. Em seguida, o Secretário Adjunto  
279 passa a palavra ao representante regional do Minc, Aníbal Macedo, agradecendo pela sua presença  
280 Aníbal explica que foi para o Minc de forma muito tranquila, uma vez que sua equipe se propôs a  
281 inserir Minas Gerais no Plano Nacional de Cultura visando melhorar a situação do Estado como  
282 um dos entes federados com menor número de municípios inseridos no Plano Nacional de Cultura;  
283 e, mais do que isso, incentivar os municípios a elaborarem seu próprio Plano Municipal de Cultura.  
284 Aníbal ressalta a importância de se fazer políticas públicas a partir do reconhecimento dos  
285 beneficiários perante o Estado; ele pontua que uma política pública só é considerada vencedora  
286 quando consegue fazer o Estado perceber, notar e enxergar a sociedade e o cidadão. Nesse sentido,  
287 para ele, a responsabilidade do Conselho, da sociedade civil e dos gestores públicos é fazer com  
288 que esses grupos culturais apareçam para o Estado. Dessa forma, o Poder Público precisa da ajuda  
289 da sociedade civil para “fazer as coisas acontecerem”. Aproveitando o momento de fala, Aníbal  
290 pede apoio na divulgação do edital “Culturas Populares”, que consiste em 500 (quinhentos)  
291 prêmios, de R\$10.000,00 (dez mil reais) líquidos cada; agradece a todos e termina sua fala. O  
292 Secretário Adjunto João Miguel agradece a Aníbal pelo o que ele tem feito pela Cultura e pelo  
293 Conselho e destaca que o Conselho estará sempre aberto para ele. Além disso, pontua a importância  
294 de Macedo como possível articulador com o Governo Federal e com empresas estatais, visando  
295 parceria para que os recursos repassados a Minas Gerais, via Lei Rouanet, sejam maiores, uma vez  
296 que há uma concentração muito grande de recursos repassados ao Rio de Janeiro e a São Paulo.  
297 Aníbal aproveita para informar que o Minc redigiu uma nova instrução normativa para a Lei

298 Rouanet, a qual considera perigosa, sendo assim, pede ajuda ao Conselho para elaborarem  
299 proposições a fim de serem encaminhadas ao Minc objetivando a alteração da instrução. Leda  
300 critica o fato de terem mudado a instrução normativa no meio do processo de inscrição, o que  
301 inviabilizou a aprovação de muitos projetos, por não estarem de acordo com as normas da nova  
302 instrução normativa. O conselheiro Alexandre pergunta a Aníbal se há previsão de realização da  
303 Conferência Nacional de Cultura e, se dentro do quadro apresentado por ele, do número baixíssimo  
304 de participação dos municípios, há a possibilidade de contar com o apoio das Universidades e dos  
305 Institutos Federais nas ações de desenvolvimento do campo da Cultura, via atividades  
306 extensionistas. Marco Aurélio também faz um questionamento acerca de como se dará o diálogo  
307 com o Governo Federal/Minc, tendo em vista que constantemente há rupturas na gestão do  
308 Ministério e pontua que todos os Conselhos deveriam se posicionar contra a nova instrução  
309 normativa da Lei Rouanet. Aníbal diz que o último ministro a assumir a pasta teve um passivo de  
310 R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) para efetivar os editais, mas sem valor alocado no  
311 orçamento, então, precisa-se esperar a liberação do recurso. Além disso, as rupturas ocorrentes,  
312 com as trocas de ministros, dificultam ainda mais a gestão da pasta, tornando o processo muito  
313 complexo para ter encaminhamentos. Nesse sentido, é necessário unir forças e esforços para que a  
314 Cultura possa ser vista como fator importante de desenvolvimento econômico.

315 Em seguida ficou decidido a suspensão temporária da reunião pelo prazo de uma hora a  
316 fim de que o pleno participasse da sessão da Comissão de Cultura da ALMG e, posteriormente,  
317 voltariam para que terminassem a reunião. A presente sessão da Comissão de Cultura da ALMG  
318 teve local no Plenarinho III da casa legislativa do Estado de Minas Gerais.

319

320 Ao término da visita à Comissão de Cultura, o pleno volta a se reunir, desta vez no  
321 Plenarinho 3 da ALMG e a reunião é retomada. O Secretário Adjunto João Miguel retoma a reunião  
322 passando a palavra ao conselheiro Gilvan para expor os termos de parceria celebrados entre a SEC-  
323 MG e a Fundação Clóvis Salgado (FCS). Gilvan: os termos de parceria são importantes na medida  
324 em que funciona como política pública associada ao fazer cultural. Explica que, com a enorme  
325 estrutura da FCS, contando com corpos artísticos e edifícios culturais, a FCS tem sempre buscado  
326 realizar ações voltadas para o público e para a “coisa pública”, assim, os termos de parceria agem  
327 de forma a variar os meios de atuação da FCS, que antes se dava apenas por programas de incentivo.  
328 Os termos de parceria possibilitam à FCS a realização de suas atividades fins como políticas  
329 públicas; consistem em um chamamento público para que as organizações sociais possam se  
330 inscrever e submeter seus projetos e, posteriormente, inicia o processo de seleção da melhor  
331 proposta. Os primeiros termos foram assinados em 2016 e, depois de seu término, começaram os  
332 trâmites para o processo de chamamento de 2017. Atualmente a FCS conta com três termos de  
333 parceria que cobrirão três anos (2017/2019), a saber: 1) termo de parceria para cobrir as atividades  
334 da FCS que envolvam a Orquestra Sinfônica, o Coral Lírico e a Companhia de Dança, de acordo  
335 com os direcionamentos da diretoria artística da Fundação. Dispõe de R\$7.830.000,00 (sete milhões  
336 e oitocentos e trinta mil reais) de recursos para os três anos do termo; 2) termo de parceria para o  
337 apoio de políticas públicas culturais desenvolvidas pela Fundação relativas às artes visuais e  
338 eventos culturais-artísticos, de acordo com direcionamentos da diretoria de programação artística  
339 da Fundação. Dispõe de R\$6.618.000,00 (seis milhões e seiscentos e dezoito mil reais) de recursos  
340 para os três anos do termo; 3) termo de parceria para a realização de atividades do Centro de  
341 Formação Artística e Tecnológica (Cefart), quais sejam, realizar ações que potencializem a  
342 formação oferecida pelo Cefart, em especial o apoio à formação e à extensão da Escola de Artes  
343 Visuais, da Escola de Dança, da Escola de Música, da Escola de Teatro, da Escola de Tecnologia  
344 do Espetáculo, o apoio à formação e à pesquisa do programa de residência de pesquisas artísticas,  
345 o apoio à formação de atividades artísticas e de extensão, o apoio à formação artística-pedagógica  
346 diferenciada e o apoio às atividades do centro técnico de produção, sempre em consonância com

347 os direcionamentos da diretoria de formação artística do Cefart. Dispõe de R\$3.563.000,00 (três  
348 milhões e quinhentos e sessenta e três mil reais) de recursos para os três anos do termo. Cada um  
349 dos termos tem acompanhamento contínuo de diversas comissões, compostas paritariamente por  
350 membros da Fundação Clóvis Salgado e membros da Sociedade Civil, para avaliar e supervisionar  
351 o andamento dos termos. Durante esses três anos, os termos realizarão todas as ações da FCS,  
352 permitindo que seja produzida para o cidadão uma política pública de cultura desde a formação do  
353 artista à formação do público.

354 Após a explanação de Gilvan, João Miguel pede a atenção de todos para os novos  
355 documentos necessários para o cadastramento e recadastramento de entidades no sistema do  
356 Cadastro Geral de Convenientes (CAGEC). Devido à implementação do Marco Regulatório das  
357 Organizações da Sociedade Civil (MROSC – Lei 13.019/14), houve a necessidade de se reformular  
358 os documentos. Deixa registrado que será encaminhada, por e-mail, a lista de documentos novos a  
359 todos os conselheiros e conselheiras. Na sequência a Magdalena faz um registro sobre seu desejo  
360 em criar a Casa dos Artistas, para que haja amparo e ajuda aos artistas, seja para artistas idosos ou  
361 para artistas em turnê. Esclarece que o Sindicato dos Artistas queria que houvesse essa  
362 possibilidade, nos mesmos moldes da Casa dos Artistas no Rio de Janeiro. E, além de ter o objetivo  
363 de abrigar artistas, poderia funcionar como um centro de referência cultural. Dessa forma, pede  
364 apoio a todo o Conselho para a realização deste projeto.

365 Na reunião o pleno decide por solicitar ao IEPHA estudos quanto à possibilidade de  
366 realizar est inclusão da “lei do Circo”, defendida pela SEC, em favor das atividades circense, como  
367 mecanismo de pontuação no processo de ICMS cultural.

368 Terminadas as falas, o Secretário Adjunto João Miguel agradece a presença de todas e de  
369 todos, encerra a reunião, convocando para a próxima reunião ordinária do CONSEC que se realizará  
370 em Guaxupé, no mês de setembro, em data a ser definida como de praxe.

371

372